



COMUNICAR CIÊNCIA NA REDE ALIMENTAR CIDADES SUSTENTÁVEIS: N.º 3

Sustainable food transition in Portugal: Assessing the Footprint of dietary choices and gaps in national and local food policies

Autor(s) do artigo: Galli, Alessandro¹; Moreno Pires, Sara²; Iha, Katsonori¹; Alves, Armando²; Lin, David¹; Mancini, Serena¹; Teles, Filipe²

Afiliação do autor (s): ¹Global Footprint Network; ²Universidade de Aveiro

Link para o artigo: <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2020.141307>

1. QUAL A TEMÁTICA ABORDADA E PRINCIPAIS CONCLUSÕES?

Este estudo teve dois objetivos principais: 1) compreender o peso da Alimentação na Pegada Ecológica dos Portugueses e 2) avaliar as políticas alimentares implementadas ao nível nacional e local para transformar os sistemas alimentares. O estudo apontou para a insustentabilidade dos padrões alimentares dos portugueses, para a frágil estrutura de políticas públicas locais existentes para inverter esta trajetória. Identificou, no entanto, boas práticas para as políticas locais promotoras de uma alimentação sustentável. Concluiu-se que a alimentação tem um peso de 30% na pegada ecológica dos portugueses, o que faz de Portugal o país do mediterrâneo com a maior Pegada Alimentar per capita (1,08 gha). Salienta-se a elevada dependência da biocapacidade de outros países (ex: Espanha, França, Ucrânia ou mesmo China e Senegal) para produzir alimentos que satisfaçam a procura da população portuguesa. Das principais fragilidades identificadas no campo das políticas públicas, a falta de recursos humanos adequados e com conhecimento especializado ou de estruturas municipais para a promoção integrada de uma política de alimentação, são alguns dos fatores mais críticos. Destacam-se ainda o frágil suporte a circuitos agroalimentares curtos; a falta de regulamentação que promova compras públicas sustentáveis e a redução do desperdício alimentar; a frágil colaboração entre autarquias e diferentes atores (produtores, escolas profissionais, terceiro setor, empresas), bem como a falta de um compromisso político forte orientado para políticas alimentares locais.

2. A QUE ATORES DO SISTEMA ALIMENTAR A TEMÁTICA PODE SER ÚTIL?

O estudo mostra que é urgente investir em mais informação (que avalie impactos da alimentação) e fortalecer a capacidade das autarquias locais para promover sistemas alimentares equitativos, resilientes e sustentáveis, através de estratégias municipais dedicadas aos sistemas alimentares. A coordenação entre atores e políticas, sobretudo a nível intermunicipal, ou mesmo nacional é um passo necessário, bem como a sensibilização de todos os intervenientes na cadeia alimentar (da produção, ao processamento, distribuição, consumo e resíduos) para a mudança de comportamentos em Portugal.

3. DE QUE MODO A TEMÁTICA PODE CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DOS SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS?

Como importantes contributos dos 6 municípios estudados, o estudo destaca a sensibilização da população para a Pegada Ecológica da alimentação, através de Calculadoras Municipais da Pegada Ecológica disponíveis nos websites das Câmaras Municipais, a promoção de hortas urbanas, hortas sociais e hortas pedagógicas, ou iniciativas inovadoras como o Banco de Terra em Guimarães, a investigação agroalimentar, promovida pelo Município de Castelo Branco em parceria com o CATAA – Centro de Apoio Tecnológico Agroalimentar ou ações de avaliação do desperdício alimentar nas escolas como em Vila Nova de Gaia.